Machado Pires, A. M. B., Vitorino Nemésio: Rouxinol e Mocho. Praia da Vitória: Câmara Municipal da Praia da Vitória, 1998.

Mário Cabral

Trata-se de um conjunto de pequenos textos circunstanciais, ora artigos, ora comunicações em congressos, ora conferências. Tudo faz crer que, devido à natureza destas peças—na sua maioria para serem ouvidas e não lidas—intencionalmente o autor aligeira na profundidade que o escritor em análise mereceria.

Também por isso os melhores exemplares, aqueles que merecem a atenção literária, são os que foram publicados em revistas da especialidade, dos quais destaco “Língua e Criação Literária em Vitorino Nemésio” (45-56) e “O Mito de Monsieur Queimado—uma Imagem Mítica dos Açores” (57-64).

São, no seu conjunto, textos generalistas e, como tal, pouco analíticos, que podem espicaçar a curiosidade do principiante mas que não ajudam o interessado na ciência literária. A única referência explícita à forma encontra-se na p.86: “[...] *poesia* (de verso contido, metafórico e tenso de carga cultural).” Poucas vezes se dissecou a fundo um poema único ou um conto singular.

O pedido de desculpas, por diversas vezes repetido, deixa claro que o Professor tem consciência desta ligeireza académica. Exemplo: na p.39 Machado Pires escreve, acerca de “O Paço do Milhafre” (*O Bicho Harmonioso*): “Um soneto que vale um longo comentário, que os limites deste trabalho não consentem.” Haveria maior ganho neste exame limitado do que no sobrevoar de toda a obra.

Ainda devido ao facto de se tratar de uma colectânea, o leitor depara-se com ideias repetidas, sendo as citações exemplificativas quase sempre as mesmas, chegando alguns parágrafos a ser copiados na íntegra. Quando se lê “Da Universalidade de Vitorino Nemésio” (69-75) já só tinha lido antes.

Por tudo isto, conclui-se com a sensação de que o Reitor da Universidade dos Açores, homem demasiado ocupado em muitos afazeres, não teve o

tempo que desejaria para levantar o seu mestre às alturas pretendidas pelo amor, embora não pudesse furtar-se aos compromissos e protocolos onde, desta ou daquela forma, o nome de Vitorino Nemésio pudesse ser hasteado, como bandeira de honra açoriana.

Esta razão, compreensível na feitura dos textos, já não é tão válida na autorização dada ao livro, onde não se nota o mínimo cuidado na selecção, alinhamento e arranjo das temáticas. No prefácio faz-se supor que a intenção de publicar foi do autor: “À Câmara da Praia da Vitória (terra da naturalidade de Nemésio e seu constante mundo de referências) um agradecimento especial pela prontidão com que recebeu a ideia de publicar este livro” (8).

Abundam os dados biográficos, e o interesse é mais centrado no homem do que na obra, o que revela, ao mesmo tempo, duas preocupações extrínsecas à Grande Literatura: primeira, o amor e a gratidão—normais e louváveis—do discípulo eternamente reconhecido (Machado Pires foi, como é sabido, assistente de Nemésio); segunda, a vontade política subliminar de erigir Vitorino Nemésio como o estandarte da açorianidade, mote essencial da famigerada literatura açoriana.

Esta é a linha de fundo de todo o livro. Refere-se explicitamente o *homo açorencis* (61). Ela levanta dois paradoxos que não são resolvidos mas que mereciam atenção futura:

1. Por um lado, Machado Pires empenha-se esforçadamente em fazer sobressair a universalidade nemesiana e, para tanto, é impedido de regionalizá-lo; por outro lado, quer fazer de Nemésio o Homero dos Açores e, para tanto, obriga-se a regionalizá-lo. Uma exclui a outra. Vai-se ficando com a ideia (que não interessa) de que o mocho é do mundo (a universalidade do académico), sendo o rouxinol cá das ilhas (a obra do escritor) (73); e, pior ainda, de que o mocho tem mais valor do que o rouxinol (contra a vontade explícita de Machado Pires), de que mais vale a universalidade do que o regionalismo, seja qual for a ideia que dele se faça.

a. O autor descaí-se em frases como esta: “É ao longo da densa carga de fala regional, talvez cansativa para o leitor estranho à açorianidade linguística [...]” (54); ou esta: “Um aspecto fundamental na obra de Vitorino Nemésio é o aproveitamento que faz —por vezes em excesso, adiantamos já—dos *falares regionais*” (49; cf. 51).

i. Este argumento não é, em si, válido, dado que, se assim fosse, *O Monte dos Vendavais*, de Emily Brontë—de cuja universalidade ninguém duvida—não seria legível nem pelos falantes da língua inglesa, por causa do lingüarejar da narradora; e, para dar mais um exemplo da mesma literatura (embora um tanto diverso) não se leria James Joyce em nenhuma parte do mundo.

ii. Depois, porque há-de a *universalidade* ou o *regionalismo* ser um valor em si no que à Grande Literatura diz respeito? O que é ser *universal*, neste livro? Não se percebe. Ser Português? E o que é ser regionalista? Falar *açoriano*? Não me parece um ponto de partida que leve muito longe. É perfeitamente admissível imaginar-se várias hipóteses:

- Autor genial de temática universalista e estilo regionalista;
- Autor medíocre de temática universalista e estilo regionalista;
- Autor genial de temática regionalista e estilo regionalista;
- Autor medíocre de temática regionalista e estilo regionalista;
- Autor genial de temática regionalista e estilo universalista;
- ... Todas as demais declinações lógicas.

2. Por outro lado, convém distinguir com rigor entre o Nemésio-artista e o Nemésio-ícone. Esclarecendo: interessa estudar com empenho e regra de ciência literária o efectivo valor da obra, a seco e a frio, com luvas de látex, sem o excesso de amor que muitas vezes desrespeita, etimologicamente falando—e separando criteriosamente a erudição do mocho do trinado do rouxinol; e, muitíssimo importante, para nós todos açorianos, há que ter cuidado na confusão entre a ilha mítica nemesiana e a realidade efectiva dos Açores.

a. Vitorino Nemésio saiu muito cedo dos Açores e “vinha esporadicamente à Terceira [...]” (57). A “evocação mítico-simbólica de poeta e de intelectual ávido de “inventar” ou “reinventar” a sua ‘Ilha ao Longe’” (64) não pode ser tomada, de ânimo leve, pela essência açoriana. Interessa perguntar: falar de fora e do longe da memória é comparável à expressão existencial concreta?

i. As consequências podem ser catastróficas: a ilha-mito recua para um tempo infantino e paradisíaco, mito das origens que, como toda a religiosidade pagã, conduz à agonia (“É nesse *tempo* de fluir agónico [...] O peso do tempo [...]” 63); ao contrário, a ilha real abre-se ao futuro em

vida verdadeira, isto é, em vida que se faz fora da memória.

- Será o texto nemesiano, na sua globalidade, melancólico, angustiante, tormentoso—ao estilo dum Pascoaes, onde o mito das origens é tema forte?
- Sendo, haverá legitimidade na passagem desta atmosfera particular a um autor, que saiu muito jovem da sua terra, num tempo histórico específico, e a terra em si, à qual voltou esporadicamente? A ilha Terceira é conhecida pelo seu temperamento folião...

b. Muitas vezes a obra dum autor sofre drasticamente quando, em vez de ser tomada como obra, e mais nada, é erigida ao estatuto nacionalista, que não pretendeu para si própria. Veja-se o caso de Camões e—outro exemplo bem diverso mas, por isso mesmo, clarificador, Amália Rodrigues, no tempo do Estado Novo. Este é o tipo de paixão que pode destruir para sempre uma obra genial.

- i. Por outras palavras: a arte pode até reflectir a realidade; o que jamais poderá acontecer é ser a realidade derivada duma obra de arte. No caso de Vitorino Nemésio, poderá ser estudada, com ganho evidente, a influência açoriana, a todos os níveis, na sua obra; o contrário não é nem ontológica, nem política, nem literariamente legítimo.

Mesmo assim, onde o perfil do *homo açorencis* é melhor esboçado é em “Marcas da Insularidade no *Mau Tempo no Canal*, de Vitorino Nemésio” (21-30). São apresentadas quatro características relevantes para a açorianidade: 1. O modo como o clima dá origem a um traço de carácter, o *azorean torpor*—bem analisado, embora interesse saber se os ilhéus de paragens análogas não sentem o mesmo; 2. O modo como a História (ou, ainda melhor, a ausência dela— cf. “ ‘O Mito de Monsieur Queimado’”) define os açorianos—que pena que lhe seja dedicado apenas um parágrafo de “Marcas da Insularidade” e que não seja aprofundado este filão do a-histórico das ilhas longe da metrópole e conseqüências na visão do mundo!¹; 3. O modo como o estrato social é tratado no romance maior—nada o distingue do resto do mundo (isto é, nenhuma diferença entre *universal* e *regional*); 4. O modo como o estrato psicológico é desenvolvido—e, de novo, é pena ver que a força matricial de Margarida não é investigada como constituindo, ou não, um traço relevante no carácter feminino, não apenas das mulheres açorianas, como da alma açoriana no seu conjunto (proximidade da terra e, portanto,

cultura matriarcal das ilhas; estatuto da mulher na obra nemesiana e na sociedade açoriana, explícita e subliminarmente, etc.).

Concluindo: é de todo o interesse procurar a essência do ser açoriano, que de certeza existe, que o Universo é feito de pregas, cores e tonalidades; se o pombo se adaptou às ilhas e deste modo se distingue (59), porque não há-de o ser humano, a criação mais elaborada de todas, evidenciar a sua diferença específica, neste caso a açorianidade? Mas este trabalho terá de ser o do escritor? O Gilberto Freire brasileiro é sociólogo. Parece mais próprio.

Estando a açorianidade presente num escritor, explicá-lo é tarefa para estudos universitários empenhadíssimos, daqueles que não se preocupam com a divulgação apaixonada, tão empenhados que estão no respeito devido a tão sublime demanda. Machado Pires deve sabê-lo muito bem, dada a sua carreira de mérito inquestionável e dada a convicção demonstrada à abundância acerca do interesse profundo da obra do rouxinol Vitorino Nemésio.

A existência, ou não, de literatura açoriana não passa, necessariamente, pela existência desta açorianidade. A literatura francesa não refere o homem francês, exclusivamente. Os portugueses, por exemplo, leram-na e copiaram-na à abundância. Os russos, também; e não só os escritores, basta ler *Guerra e Paz*. E a literatura clássica? Influenciou todo o mundo ocidental!

A exclusividade regional duma literatura (agora entendida em termos temporais) pode ser uma criação teórica de carácter universal, haja em vista movimentos como o surrealismo, o futurismo, etc.

Supondo que ainda não haja literatura açoriana, é possível a um grupo de escritores açorianos (vivos ou ainda por nascer) criar um manifesto no qual definem os princípios motrizes da futura literatura açoriana, da qual poderão participar escritores lisboetas, franceses, ingleses, russos e outros.

Não é a natureza que determina a cultura; é a vontade livre. A natureza pode influenciar o humano, jamais determiná-la, como um *factum*, como a *moira* antiga. Não é o passado que determina a cultura; é a vida que se faz, *que se quer ter*. E a cultura não se restringe à arte e a arte pode muito bem funcionar como ruptura cultural, e muitas vezes assim tem sido.

Tudo isto são questões alheias à análise literária que, procurando o rigor, se deve cingir ao trabalho hermenêutico e linguístico, formal, específico, técnico. O valor de um artista só pode ser encontrado quando a sua obra é estudada a partir duma grelha estrutural, ou método, apresentado à comunidade científica, que o julga.

Notas

ⁱ Veja-se a seguinte citação, que não é analisada como deveria: “C’était une histoire sans éclat, sans Antiquité, sans Moyen Âge, sans Renaissance ni humanisme. Pas de Luther ou de Mirabeau, aucun Napoléon; rien que des hommes guettés par des milans ...” (62). Associada à distância geográfica, esta digamos que ausência da História levaria muito longe... levaria, talvez, à ilha-mito, ao Paraíso perdido, onde o carácter do *homo açorencis* sobressairia com outro interesse.

Mário Cabral nasceu na ilha Terceira em 1963. Doutorou-se em Filosofia na Universidade de Lisboa. É poeta, escritor e pintor. Está traduzido para castelhano e inglês. E-mail: casadastramoias@mail.telepac.pt